



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
GABINETE - SANTA ROSA DO SUL

ATA Nº 6582/2021 - GAB/SRS (11.01.16.01.01)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Santa Rosa Do Sul-SC, 01 de dezembro de 2021.

ATA Nº 01/2021

Aos vinte oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte um, às nove horas, realizou-se, por webconferência, pela ferramenta *Google Meet*, através do *link* - <https://meet.google.com/esq-ntuu-wow>, a primeira reunião ordinária do Conselho de Campus (CONCAMPUS) do ano de dois mil e vinte e um. O Diretor-Geral do Instituto Federal Catarinense Campus Santa Rosa do Sul e Presidente do CONCAMPUS, professor Jorge Luís de Souza Mota, deu as boas-vindas aos Conselheiros e, após a conferência do quórum necessário, deu início à reunião com a leitura da ata da reunião anterior do CONCAMPUS. Antes de iniciar a leitura, o Professor Jorge esclareceu que os conselheiros podem solicitar as alterações que julgarem necessárias, para que, na sequência possa ser aberta a votação para aprovação da ata. Após a leitura da ata, o Professor Jorge esclareceu que os apontamentos que foram deliberados na referida reunião foram encaminhados dentro do prazo estabelecido na ata, ou seja, a solicitação para a Coordenadora do Museu para que ela encaminhasse à Direção a versão com as correções, a fim de que se pudesse recolocar a aprovação, conforme ficou decidido pela proposta um que foi a mais votada, de aprovar após os ajustes. No entanto, o Professor Jorge informou que o documento não foi encaminhado para a Direção do Campus. A seguir, o Professor Jorge deixou a palavra em aberto para a manifestação dos conselheiros e esclareceu que, caso não haja manifestações será aberta a votação para aprovação da ata. Não havendo manifestação dos conselheiros, o Professor Jorge abriu a votação para aprovação da ata, sendo a opção um pela sua aprovação e a opção dois pela não aprovação. A ata foi provada pelos conselheiros presentes. Dando sequência a reunião, o Professor Jorge fez a leitura da pauta da reunião e, após a leitura, questionou se havia alguma proposta de alteração. Não havendo propostas de alteração, a pauta foi considerada aprovada. O Professor Jorge solicitou a inclusão de dois informes gerais, que trata do Projeto da MINAMEL que foi apresentado no ano anterior e a aprovação do Regimento de Comercialização de Excedentes, que também foi apresentado no ano anterior. A inclusão dos dois informes foi aprovada pelos conselheiros. A seguir, o Professor Jorge passou a palavra para o Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão, Cristiano Antonio Pochmann, solicitando que o mesmo fizesse as suas considerações sobre o retorno à presencialidade, evento que já está em andamento e, também, em relação ao calendário acadêmico. Na sequência o Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão Cristiano, cumprimentou os participantes da reunião e parabenizou os servidores pelo dia do servidor público comemorado no dia de hoje. Sobre o retorno à presencialidade o Diretor Cristiano informou que no curso de agronomia o retorno teve início no dia oito de agosto, e que essa experiência permitiu fazer alguns ajustes para o retorno do curso técnico, que teve início a pouco tempo. A seguir, ponderou que esse processo de retorno é um processo de aprendizagem, a partir de conversas com os professores e com os alunos, bem como, um aprendizado para os professores que estavam habituados a desenvolver suas aulas de

forma remota. O Diretor Cristiano informou que o retorno está ocorrendo de forma satisfatória, buscando seguir todos os protocolos de segurança. Quanto à questão do calendário acadêmico deste ano, o Diretor Cristiano informou que se pretende encerrar o curso técnico até o dia vinte e três de dezembro desse ano e, no curso de agronomia, algumas disciplinas vão desenvolver algumas atividades no ano de dois mil e vinte e dois. Segundo o Diretor Cristiano, o calendário acadêmico de dois mil e vinte e dois vai iniciar em encerrar em dois mil e vinte e dois, sendo que para dois mil e vinte e três espera-se uma normalidade ainda maior. A seguir o Professor Jorge complementou informando que nós estamos na fase três ponto três, sendo que praticamente todos os demais Campi, também se encontram nessa fase e que a Instituição continua acompanhando através do Comitê de Crise, o quadro de evolução da pandemia. Segundo o Professor Jorge, a evolução para novos índices não depende da Instituição, mas, de ações e instrumentos legais por parte dos governos estadual e federal, bem como, da Organização Mundial da Saúde. Ainda segundo o Professor Jorge, o Governo Federal publicou uma Instrução Normativa determinando que todos os servidores já estão aptos a retornar, tendo em vista a situação atual da pandemia e cumprimento do calendário vacinal e assim, a Instituição pode fazer a convocação de todos os servidores para o retorno. Porém, segundo o Professor Jorge, o servidor pode fazer uma autodeclaração informando que se enquadra em algum item previsto na Instrução Normativa, que o isenta do retorno presencial ao trabalho. Ainda segundo o Professor Jorge, a Instituição, à exemplo de outros Campi, possui um planejamento operacional que foi aprovado pela Secretaria Municipal da Saúde, que organiza esse retorno para que ele ocorra da forma mais segura possível. Na sequência, o Professor Jorge passou para o próximo ponto da pauta sobre a execução orçamentária. Segundo o Professor Jorge, a pandemia, que levou a execução do trabalho remoto, forçosamente promoveu uma economia financeira, conforme já observado e comentado no ano passado. Dessa forma, o Professor Jorge lembrou que no ano anterior, foi possível executar o orçamento com responsabilidade pontualidade, sendo que o nosso Campus, sempre é lembrado pela Reitoria, como o Campus com a melhor execução orçamentária da nossa rede nas últimas gestões. Na sequência, o Professor Jorge solicitou que o Diretor de Administração e Planejamento, Flavio José Pettenon, fizesse a sua explanação sobre a execução orçamentária deste ano. O Diretor Flávio cumprimentou todos os conselheiros e na sequência informou que o Instituto está sendo muito cobrado com relação à execução orçamentária e financeira, e que essa é uma cobrança geral do Governo Federal. Porém, segundo o Diretor Flávio, o Nosso Campus neste quesito está entre os melhores do Instituto, conforme já mencionou o Professor Jorge. Com relação à esse ano, o Diretor Flávio informou que tivemos bastante economia, mas, em compensação o Governo Federal cortou bastante verbas de investimentos, que são verbas para a compra de equipamentos permanentes ou obras. Segundo o Diretor, alguns ajustes tiveram que ser realizados para possibilitar a aquisição de equipamentos para a fazenda e para o laboratório, que já foram empenhados, e para a realização de uma obra de segurança, já solicitada há muito tempo, de acesso a caixa d' água, no valor de aproximadamente cem mil reais. O Diretor informou ainda que o Campus ganhou um termo de execução descentralizada (TED) no valor de um milhão de reais, para uma obra de acessibilidade, que é a obra de estacionamento, calçadas, vagas para pessoas com necessidades específicas, sendo que a licitação está marcada para acontecer na data de amanhã. Segundo o Diretor Flávio, além da licitação, tem a questão da contratação da empresa, da execução do contrato e outros passos para que tudo possar dar certo. Para o ano de dois mil e vinte e dois, o Diretor Flávio ponderou que se trata de um ano incerto e, como será um ano eleitoral, pode vir um pouco mais de orçamento, com verbas extras para o Campus. De acordo com o Diretor Flávio, já se sabe de antemão que mudanças estão para ocorrer no orçamento da educação, promovidas pelo Tribunal de Contas da União, porém, essas mudanças seriam apenas para o ano de dois mil e vinte e três. O Diretor Flávio se colocou à disposição para os

esclarecimentos que se fizerem necessários. A seguir o Diretor Geral, professor Jorge, complementou informando que o recurso extra que veio para o Campus, é um recurso da SETEC e que nós não temos a liberdade de transacionar com esse recurso, ou seja, os recursos são específicos e não podem ser empregados para a solução de outros problemas. Com relação ao orçamento de dois mil e vinte e dois, o professor Jorge ponderou, que a incerteza quanto ao orçamento dificulta uma ação de planejamento e que este será feito com base na média histórica dos recursos elencando as prioridades. Ainda segundo o professor Jorge, os cortes do Governo Federal atingem especialmente as verbas para investimentos. Porém, ao longo do ano, o Ministério abre janelas permitindo a transferência de parte dos recursos de custeio para investimento, possibilitando atender alguma demanda mais urgente. Porém, nesse caso, tem que ter cuidado, pois as verbas de custeio irão diminuir exigindo muita responsabilidade dos gestores. O Diretor Jorge informou ainda que o ano orçamentário termina dia vinte e dois de novembro, porém, normalmente, o Governo acaba dando um prazo um pouco maior. Não havendo questionamentos por parte dos conselheiros, o professor Jorge passou ao próximo ponto da pauta relativo as eleições do CONCAMPUS. O professor Jorge informou que já foi publicado o Edital para a eleição do CONCAMPUS, e que a coordenação do processo está a cargo do gabinete da Direção, com o Chefe de Gabinete Israel Vasconcelos Cardoso, à frente do trabalho. O Chefe de Gabinete Israel confirmou que o processo foi aberto no dia vinte e cinco, foi publicado no site e encaminhado para todos os servidores. Segundo o Chefe de Gabinete Israel, o Diretor de Ensino Cristiano ficou de encaminhar para os pais e/ou responsáveis dos alunos. Foi também solicitado ao Coordenador de Extensão, Estágios e Egressos Maurício Duarte Anastácio para enviar aos egressos. O Chefe de Gabinete Israel, informou que a eleição será virtual e que o nosso Campus vai usar como parâmetro, o processo eleitoral que ocorreu no Campus Avançado de Sombrio no mês de julho ou agosto. A seguir o chefe de Gabinete exibiu e comentou o Edital com o cronograma do processo eleitoral. Não havendo questionamentos por parte dos conselheiros em relação ao processo eleitoral, o Diretor Geral, professor Jorge abordou o próximo ponto de pauta sobre realizações da infraestrutura e passou a palavra para o Diretor de Infraestrutura e Produção Marcelo Santos Bitencourt. O Diretor Marcelo cumprimentou os conselheiros e informou que no ano de dois mil e vinte um o setor fez o atendimento de, no mínimo, quatrocentas requisições, com várias melhorias nos ambientes em diversos setores. A seguir, o Diretor Marcelo fez um relato das diversas obras e serviços de manutenções e revisões realizadas no Campus e informou também, que as exigências do corpo de bombeiros estão sendo providenciadas, conforme a disponibilidade de recursos. Na sequência, o Diretor Marcelo citou algumas ações e obras prioritárias que estão no planejamento para o ano de dois mil e vinte e dois e lembrou que o setor conta com um número bem reduzido de servidores terceirizados, mas que mesmo assim, com a pandemia foi possível executar obras e serviços que talvez não pudessem ser realizados se a instituição estivesse vivendo a sua normalidade. Não havendo questionamentos ao Diretor Marcelo, o professor Jorge ponderou que, realmente o número de servidores terceirizados do setor é pequeno, levando em consideração o tamanho da nossa estrutura e de nossas instalações e, ainda temos que manter o Campus Avançado Sombrio, que também tem um tamanho considerável. Diante dessa realidade, o professor Jorge avaliou positivamente a atuação do setor ao longo do ano, apesar dos entraves e das dificuldades. Na sequência, o Diretor professor Jorge passou ao próximo ponto de pauta sobre o asfaltamento do acesso até o Campus, informando que o Prefeito de Santa Rosa do Sul procurou a instituição para mostrar a assinatura do Governador autorizando o secretário de finanças do Estado a transferir rubrica para a secretaria de agricultura, que cuida de obras, os recursos para a Prefeitura de Santa Rosa do Sul. Segundo o professor Jorge, desse montante de recursos, dez milhões de reais são destinados a conclusão do asfaltamento do acesso ao Campus Santa Rosa do Sul, sendo um milhão para esse ano e nove milhões para o próximo ano. De

acordo com o professor Jorge, o Prefeito informou que os processos de licitação já estão prontos, faltando a assinatura do convênio pelo Governador cancelando a transferência dos recursos do Estado para o Município. Na sequência, o professor Jorge comentou sobre a Portaria 713 que foi emitida pelo MEC, para regulamentar a formatação dos novos Campi e de todos os Campi da rede federal. Segundo o professor Jorge, essa Portaria derruba a portaria anterior que versava sobre esse tema e traz para a nossa instituição de muito importante e de imediato, a possibilidade real de que o nosso pedido para que o Campus Avançado Sombrio se transforme em Campus Sombrio, sendo emancipado do Campus Santa Rosa do Sul, se torne uma realidade. No entanto, segundo o professor Jorge, a Portaria não resolve todos os problemas do Campus Sombrio, mas vai possibilitar a sua emancipação e com isso passa a contar com recurso orçamentário próprio e gestão administrativa própria, mas não gera nenhum cargo de função, o que debilitaria o campus do ponto de vista administrativo para se autogerir. De acordo com o professor Jorge, apesar da Portaria não satisfazer plenamente as necessidades do Campus Sombrio, possibilita a sua autonomia administrativa e financeira resolvendo uma série de problemas para o Campus de Sombrio e de Santa Rosa do Sul. Segundo informou o professor Jorge, a Portaria prevê a criação de um grupo de trabalho para formatar o processo de mudança dos Campi, sendo que o CONIF já indicou os representantes desse grupo, faltando emitir as portarias de nomeação para dar início aos trabalhos. Após a abordagem desses dois últimos pontos de pauta, o professor Jorge abriu a palavra para questionamentos, comentários e proposições dos conselheiros. Não havendo manifestação por parte dos conselheiros, o professor Jorge passou para o próximo ponto de pauta que trata dos informes gerais. Antes de abordar os informes previstos em pauta, o professor Jorge solicitou a inclusão de mais um informe sobre a doação ou cessão de terras para a instituição, sendo que a solicitação foi aprovada pelos conselheiros. Na sequência, o professor Jorge questionou se os conselheiros gostariam de sugerir mais algum informe para inclusão na pauta. Como não houve sugestões, o professor Jorge passou aos informes. Sobre o projeto MINAMEL, o professor Jorge informou que foi apresentado no ano passado uma proposta de trabalho junto a essa empresa, com recursos que ela disponibilizaria para a condução de projetos apícolas dentro do Campus de Santa Rosa do Sul. O professor Jorge lembrou que o Conselho votou e o projeto foi aprovado, porém, em função da pandemia, o projeto acabou não sendo executado, bem como, a demora da nossa instituição em dar um retorno, também pode ter impactado as ações da empresa. O professor Jorge informou que esse ano foi procurado pelo professor Miguelangelo Ziegler Arboitte, onde conversou-se sobre a efetivação dessa parceria da instituição com a empresa para o trabalho com projetos apícolas ainda esse ano ou para o início do próximo ano. Na sequência, o professor Miguelangelo informou que a empresa o procurou, há aproximadamente vinte dias atrás, para implantação do projeto e que o projeto foi elaborado e encaminhado para a empresa. A instituição solicitou recursos para alunos bolsistas e materiais como, por exemplo, equipamento adequado para o projeto de produção de rainhas que a escola já desenvolve, porém, não dispõe de equipamento adequado. Segundo o professor Miguelangelo, esses equipamentos foram previstos no projeto sem regime de comodato, em que eles pertencerão a empresa. De acordo com o professor Miguelangelo, os recursos para os equipamentos seriam de aproximadamente de quinze mil reais e os recursos para as bolsas seriam de aproximadamente vinte mil reais, sendo que o projeto teria um tempo mínimo de vigência de dois anos. A contrapartida da instituição, informou o professor Miguelangelo seria produzir e fornecer as rainhas para os apicultores que fazem parte do programa orgânico de produção de mel da empresa e ainda, a instituição fornecerá algumas plantas apícolas com florescimento de inverno. O professor Miguelangelo informou ainda, que esse recurso não é da empresa, mas de um grupo americano que importa mel do Brasil. Esse grupo americano paga para os apicultores um valor extra sobre o mel que é comprado, sendo que os apicultores têm que investir nesses processos. De acordo

com o professor Miguelangelo, esses recursos também podem estar sendo investidos pelo Ministério de Agricultura e Abastecimento, com o objetivo de melhorar a produção apícola de Santa Catarina. Não havendo questionamentos por parte dos conselheiros, o professor Jorge, passou para o próximo item dos informes, sobre a aprovação do regulamento de comercialização de excedentes. O professor Jorge ponderou que, conforme fora lido na ata no início da reunião, o regulamento foi aprovado no ano passado por unanimidade, com a recomendação de ser encaminhado para a Procuradoria Federal. O professor Jorge informou que o regulamento foi repassado à PROAD, a Pró Reitoria de Administração, solicitando que eles fizessem a leitura e o encaminhamento ao Procurador. Segundo o professor Jorge, o Pró-reitor entrou em contato com a Direção do Campus, elogiou o trabalho e perguntou se nós não teríamos interesse em institucionalizar essa ação, sendo que ele respondeu que não haveria problema desde que não gerasse atrasos e maiores entraves para a instituição. De acordo com o professor Jorge, o Pró-reitor formou um grupo de trabalho, sendo que o servidor do nosso Campus Eliton Pires, que já estava à frente da elaboração do regulamento aprovado, foi indicado pelo Campus como preposto e acabou assumindo a presidência da comissão. Segundo o professor Jorge, o trabalho andou muito rápido, foi aprovado, e nós já temos um regimento que foi regulamentado, passou pelo Procurador, sendo que hoje nós já podemos comercializar o excedente, observando as peculiaridades e exigências de cada produto a ser comercializado. Não havendo questionamento sobre o tema, o professor Jorge, passou para o último item dos informes, relativo à doação de terrenos. O professor Jorge informou que marcou uma reunião com a comunidade no dia de hoje, para normalizar as tratativas que estão acontecendo, para que todos sejam informados e para trocar informações para que a gestão possa tomar uma decisão mais segura em relação ao tema. O professor Jorge informou que no dia vinte e um desse mês, na semana passada, o Prefeito de Santa Rosa do Sul juntamente com a sua equipe, procurou a Direção do Campus onde tiveram uma conversa bastante amistosa. Segundo o professor Jorge, o Prefeito informou que o processo que estava parado desde dois mil e quinze, aproximadamente, referente à regularização fundiária do assentamento na Vila Nova. De acordo com o professor Jorge, essas terras que eram federais e foram repassadas ao Estado, nunca foram regularizadas para serem transferidas para os proprietários e que, recentemente na reunião do Prefeito e sua equipe com a Secretaria de Governo do Estado, esta sinalizou pela disposição de regularizar de uma vez por todas essa situação. A Secretaria solicitou que a Prefeitura fizesse um ofício citando as suas intenções e usos para a regularização dessa transferência e solicitou que o Campus Santa Rosa do Sul fizesse também um ofício manifestando a sua intenção. Segundo informou o professor Jorge, em fevereiro de dois mil e dezesseis ocorreu a última manifestação do Campus com relação a intenção de doação de uma área de terra para o Campus, que se constitui em uma área de mata atlântica, com cerca de um mil e setenta hectares, que se estende nos municípios de Santa Rosa do Sul e São João do Sul. Na visão do professor Jorge, em outro momento, essa proposta até poderia ser considerada interessante para o Campus, pois não havia problemas em relação à recursos orçamentários, o que não ocorre nos tempos atuais. Assim sendo, de acordo com o professor Jorge, há uma dificuldade muito grande para que o Campus possa manter o que tem, como, por exemplo, a manutenção adequada de uma área de mais de cento e setenta hectares que o Campus possui. Algumas limitações e dificuldades não permitem um melhor aproveitamento dessa área, como a ausência de concurso público, a falta de pessoal da área ambiental, ou seja, a ausência de servidores específicos para atuarem nessa área. Segundo o professor Jorge, lhe causa preocupação a aquisição de um terreno, sobre o qual pesa todo o ônus de invasão, e como o Governo do Estado não está conseguindo fazer o trabalho de preservação, para eles interessa transferir essa responsabilidade para outros. O professor Jorge elencou algumas preocupações com relação a aquisição dessa área de terra e, informou que o Campus entrou em contato com uma grande empresa da região que é a operadora CCR para tratar do

assunto, sendo que a empresa se interessou pelo assunto e marcou uma reunião com a Direção do Campus. De acordo com o professor Jorge, trata-se de uma decisão de gestão e que ele não se sente confortável para tomar essa decisão sozinho e, por isso, está tentando cercar-se de informações de cunho técnico, relativos à orçamento, legislação, dentre outras, além das opiniões da comunidade para que a decisão seja tomada observando-se os critérios mais objetivos possíveis. Na sequência o professor Jorge deixou a palavra em aberto para que os conselheiros comentassem o tema, se assim desejassem. O professor Miguelangelo ponderou que a única saída é junto com a iniciativa privada que tem interesse na questão dos créditos de carbono, pois o setor público não tem mais condições de assumir essa responsabilidade. Na sequência, o professor Jorge fez uma leitura rápida do ofício que encaminhou para a empresa CCR e informou que conversou com a Reitora e com o Pró-reitor de Administração e que esses demonstram ter a mesma visão, de que somente com recursos da iniciativa privada, seria possível manter essa área, uma vez que não há recursos e nem interesse do governo na questão. O professor Jorge ponderou que na reunião com o Prefeito e sua equipe, o Prefeito informou que a intenção da Secretaria não é de fazer uma doação, mas uma cessão por trinta ou quarenta anos e isso gera um outro problema que é fazer investimentos em terras de terceiros com recurso público. Neste caso de cessão, a Reitoria recomendou que a instituição não aceite receber essa área de terra nesta condição. A seguir, o professor Jorge leu e comentou algumas considerações feitas por alguns conselheiros no chat sobre o tema e o professor Miguelangelo usou a palavra para lembrar, que essa área faz parte dos mananciais da bacia do rio Mampituba e que esse rio envolve outras cidades e não apenas Santa Rosa do Sul, bem como, outro Estado, e que essas informações, são importantes para apresentar a empresa como justificativa. Na sequência, o professor Saulo Reges Senna de Almeida também concordou que sem a iniciativa privada, é inviável a aquisição dessa nova área de terra, considerando a dificuldade que o nosso Campus já tem para manter a sua área atual. O professor Jorge, ponderou que dependendo dos resultados da conversa com a empresa CCR, o quadro pode sofrer alterações e, nesse caso, a instituição pode rever o seu posicionamento inicial e colocar a situação para a comunidade. A seguir a palavra foi deixada em aberto para a manifestação dos conselheiros sobre o tema. Não havendo manifestações, o professor Jorge lembrou da reunião com a comunidade escolar na data de hoje para tratar desse tema e convidou os conselheiros para participar. Na sequência, o professor Jorge agradeceu o trabalho e a participação de todos e colocou a Secretaria do CONCAMPUS, que atua junto ao Gabinete da Direção, à disposição dos conselheiros, para apresentarem sugestões de temas ou informes para as próximas reuniões, ou mesmo questionamentos que se fizerem necessários. O professor Jorge lembrou ainda da eleição do CONCAMPUS e convidou os conselheiros a continuar fazendo parte do CONCAMPUS, caso não haja nenhum impedimento legal e caso haja interesse por parte dos conselheiros. Nada a mais havendo a tratar, o professor Jorge encerrou a presente reunião e, assim sendo, encerro a presente ata, subscrita por mim, nomeado Secretário pelos Conselheiros do CONCAMPUS do Instituto Federal Catarinense *Campus* Santa Rosa do Sul.

Santa Rosa do Sul, 28 de outubro de 2021.

Israel Vasconcelos Cardoso
Secretário

CONSELHEIROS:

--	--	--

NOME	REPRESENTAÇÃO	ASSINATURA
Jorge Luís de Souza Mota	Diretor-Geral do Campus e Presidente do CONCAMPUS	
Cristiano Antônio Pochmann	Diretor do Departamento de Ensino, Pesquisa Extensão – Titular	
Flávio José Pettenon	Diretor do Departamento de Administração e Planejamento – Titular	
Marcelo Santos Bitencourt	Diretor de Infraestrutura e Produção - Titular	
Saulo Reges Senna De Almeida	Representante dos Docentes – Titular	
Miguelangelo Ziegler Arboitte	Representante dos Docentes – Titular	
Natassia Bratti da Silva Nuerberg	Representante dos Técnico-administrativos – Titular	
Rosane Stumm	Representante dos Técnico-administrativos – Titular	
Jose Paulo Réus Damiani	Representante dos Discentes - Titular	Ausente
Israel Soares Tomé	Representante dos Discentes - Titular	Ausente com justificativa
Manuel de Souza Matos	Representante dos Egressos - Titular	

Maria de Souza Matos

Representante dos Egressos –
Suplente

Fabiano José da Silva

Representante dos pais de alunos
- Titular

(Assinado digitalmente em 02/12/2021 09:28)

JORGE LUIS DE SOUZA MOTA

DIRETOR GERAL - TITULAR

DG/SRS (11.01.16.01)

Matrícula: 2488615

Processo Associado: 23354.001592/2019-91

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **6582**, ano: **2021**, tipo: **ATA**, data de emissão: **01/12/2021** e o código de verificação: **182af5bed4**